

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e onze
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,
4 Distrito Federal, Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) declarou iniciadas as atividades do
5 segundo dia da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças – Apaf. A mesa diretora
6 foi composta por Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP), Jaira Rodrigues (CRP-12/SC) e Rodrigo
7 Acioli (CRP-05/RJ), conforme definido no dia anterior. A Mesa Diretora informou que após o
8 primeiro ponto previsto para o dia serão retomadas a mesa diretora e as delegações do dia anterior,
9 para apresentação da definição dos participantes do GT (Grupo de Trabalho) de fundo de apoio aos
10 CRPs, que ficou pendente. Lembrou também que ficou combinado que às dez horas a Apaf
11 receberá os convidados do Ministério da Justiça. **7. Resoluções. 7.2 Revisão da Resolução**
12 **11/2012 (Serviços Psicológicos Mediados por Tics – Tecnologias de informação e**
13 **comunicação).** Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane Gregório; CRP
14 02/PE: Patrícia de Oliveira Guimarães, Maria de Jesus Moura; CRP 03/BA: Valter da Mata Filho;
15 CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Márcia Mansur Saadallah, Dalcira Pereira Ferrão; CRP 05/RJ:
16 Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Juraci Brito da Silva; CRP 06/SP: Aristeu
17 Bertelli da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira; CRP 07/RS: Cleon
18 dos Santos Cerezer, Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista
19 Fortes de Oliveira, Carolina de Souza Walger de Almeida, Maria Cristina Neiva de Carvalho; CRP
20 09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Handersenn Shouzo Abe; CRP 10/PA: Giane Silva Santos
21 Souza, Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo
22 Lopes Coelho; CRP 12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros, Marcos
23 Henrique Antunes; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros;
24 CRP 14/MS: Irma Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova
25 Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Proviatti
26 Bitencourt; CRP 17/RN: Daniela Bezerra Rodrigues; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP
27 19/SE: Alan Santana Santos; CRP 20/AM, AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Clorijava de
28 Oliveira Santiago Junior; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: delegação
29 ausente no momento; CRP 23/TO: Jonatha Rospide Nunes; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria
30 da Graça Correa Jacques, Sergio Luis Braghini. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (CRP-06/SP)
31 apresentou o ponto, lembrando que o tema foi discutido na Apaf anterior, mas em um caráter
32 diferente, pois os psicólogos solicitavam os cadastros de seus sites, os CRPs iniciavam o processo
33 e quando havia alguma questão, o CRP acionava o profissional e tudo era rapidamente sanado, e
34 não surgiam processos éticos em decorrência disso. Explicou que mais recentemente o CRP-
35 20/AM, AC, RO, RR enfrentou problemas com um aplicativo; em São Paulo também surgiram
36 algumas situações, e, em virtude disso, o CRP-06/SP propõe a criação de um GT com um
37 movimento de vanguarda, que possa revisar a resolução, adequando-a as novas funcionalidades
38 que tem surgido com a tecnologia. Abertas as inscrições, Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-
39 09/GO) pediu que o GT discuta também sobre a precarização do trabalho, e contou que recebeu
40 denúncia de que há profissionais sendo chamados a estarem disponíveis por vinte e quatro horas,
41 assim não se sabe como as relações de trabalho são colocadas por meio dos sites. Explicou que a
42 resolução não tem mais o conceito de orientação psicológica que havia na versão anterior do
43 documento, e, com isso, a psicoterapia tem sido realizada não mais em caráter experimental.

44 Lembrou que no caso de desastres, muitos profissionais têm se habilitado para realizar
45 atendimentos online. Destacou que é preciso pensar também como se darão os trabalhos de
46 orientação e fiscalização pelas comissões dos CRPs, COEs – Comissões de Orientação e Ética e
47 COFs – Comissões de Orientação e Fiscalização, uma vez que há sites com profissionais de todo o
48 país. Cleon dos Santos Cerezer (CRP-07/RS) pediu a ampliação das discussões, pois a resolução é
49 omissa em muitos aspectos. Explicou que hoje a unidade de tempo é a mesma, mas a unidade de
50 lugar pode mudar e isso gera várias questões para as COFs. Exemplificou que a COF do CRP-
51 07/RS recebeu um pedido de autorização para atendimento online de crianças e isso não está
52 previsto na resolução. Falou da importância de se legitimar a participação dos CRPs em reuniões
53 por meios tecnológicos. Juraci Brito da Silva (CRP-05/RJ) pediu para o GT pensar em como
54 responsabilizar os prestadores de serviço, já que o site pode ser de um estado e os psicólogos de
55 outros. Pediu também para o GT se atentar para a importância da presença no atendimento
56 psicológico. Sergio Luis Braghini (CFP) sugeriu ao GT considerar a necessidade de os provedores
57 que querem fazer esses atendimentos se adequarem à legislação brasileira, para evitar que as
58 pessoas comecem a hospedar sites de serviços do Brasil em provedores exteriores, o que leva a
59 conflitos jurídicos. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (CRP-06/SP) lembrou que essa solicitação
60 veio de Corep – Congresso Regional de Psicologia, o que mostra que o tema é uma preocupação
61 da categoria. Lembrou que há um caso de uma psicóloga brasileira que está fora do Brasil e quer
62 oferecer atendimento online para pacientes no Brasil, o que deveria ser discutido com COEs e
63 COFs. Foram aprovados os seguintes encaminhamentos: **7.2.1** Constituição de GT para revisar a
64 Resolução 11/2012, objetivando: discutir a precarização das relações de trabalho; discutir o
65 conceito de orientação psicológica; não contemplar o atendimento às questões sobre emergências e
66 desastres; rediscutir atendimentos em termos de COE e COF; o atendimento de crianças e
67 adolescentes e violação de direitos; realizar reunião do Sistema Conselhos de Psicologia de forma
68 online; clientela atendida na jurisdição do CRP e fora dela, de forma que contemple os limites e
69 possibilidades dessa modalidade de atendimento. **7.2.2** O GT foi composto pelos CRPs 02/PE,
70 04/MG; 05/RJ, 06/SP, 07/RS, 08/PR, 09/GO, 11/CE, 13/PB, 20/AM/AC/RO/RR e CFP. Neste
71 momento, a mesa e as delegações do dia anterior do ponto **'5. Criação do fundo de apoio**
72 **financeiro aos Regionais que necessitem'** foram retomadas para a conclusão da discussão sobre
73 os participantes do Grupo de Trabalho que havia ficado pendente. A mesa foi composta por Túlio
74 Louchard Picinini Teixeira (CRP-04/MG), João Baptista Fortes de Oliveira (CRP-08/PR) e
75 Rogério de Oliveira Silva (CFP). Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales,
76 Leovane Gregorio; CRP 02/PE: Verônica Chaves Carrazzone, Maria de Jesus Moura; CRP 03/BA:
77 Alessandra Santos de Almeida, Darlane Silva Vieira Andrade; CRP 04/MG: Túlio Louchard
78 Picinini Teixeira, Marcia Mansur Saadallah, Dalcira Pereira Ferrão; CRP 05/RJ: Diva Lúcia
79 Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Juraci Brito da Silva; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da
80 Silva, Clarice Pimentel Paulon, Vinicius Cesca de Lima; CRP 07/RS: Cleon dos Santos Cerezer,
81 Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira,
82 Carolina de Souza Walger de Almeida, Francisco Mario Pereira Mendes; CRP 09/GO: Ionara
83 Vieira Moura Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos; CRP 10/PA/AP: Giane Silva Santos Souza,
84 Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes
85 Coelho; CRP 12/SC: Anderson Luis Schuck, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima
86 Medeiros; CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP

87 14/MS: Irma Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros,
88 Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Proviatti Bitencourt;
89 CRP 17/RN: Daniela Bezerra Rodrigues; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE:
90 Lidiane dos Anjos Santos Andrade; CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Maria
91 das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: Eliandro
92 Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO: Rodrigo Monteiro de Oliveira; CFP: Rogério de Oliveira Silva,
93 Sergio Luis Braghini, Meire Nunes Viana. Rogério de Oliveira Silva (CFP) lembrou que o GT já
94 existe com a participação de dois CRPs da região sudeste, o 05/RJ e o 06/SP. Por isso, foi definido
95 que deve ser incluído um CRP de cada região a esse grupo. Informou que a região sul já tem a
96 representação do CRP-08/PR e como candidatos os CRPs 07/RS e 12/SC. A região centro-oeste já
97 tem a representação do CRP-09/GO e como candidatos os CRPs 01/DF e 18/MT. A região norte já
98 tem a representação do CRP-10/PA/AP e como candidatos os CRPs 20/AM/AC/RO/RR e 23/TO.
99 A região nordeste já tem a representação do CRP-19/SE e como candidatos os CRPs 11/CE e
100 13/PB. Rodrigo Acioli Moura (CRP-RJ/05) lembrou que o grupo foi criado inicialmente para
101 auxiliar o CRP-01/DF, e, como os CRPs-05/RJ e 06/SP já estavam dialogando a respeito do tema,
102 eles permaneceram e outros CRPs passaram a compor o grupo. O CRP-01/DF não fez parte do
103 grupo, porque era diretamente interessado e o plenário entendeu que o GT dialogaria depois com o
104 CRP-01/DF para apresentar uma proposta imparcial de solução financeira. Houve um pedido de
105 esclarecimento sobre como seria definida a participação de cada CRP no GT, caso não houvesse
106 consenso entre as regiões. Rogério de Oliveira Silva (CFP) esclareceu que a prática adotada tem
107 sido de decisão dentro das regiões e acatamento pela Apaf e, no caso de não haver consenso dentro
108 das regiões, se vota por região. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) pediu questão de
109 ordem para informar que o plenário é soberano e pode votar para decidir uma questão que é de
110 interesse de toda a Assembleia. Afirmou não renunciar desse direito. Abertas as inscrições,
111 Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) destacou que já houve um acordo prévio e não seria
112 ético modificar as regras definidas por conveniência de um Regional que não tenha ficado
113 satisfeito. Explicou que na região centro oeste já houve acordo e em outras regiões houve
114 Regionais que renunciaram suas participações para permitir a participação de outro CRP, assim,
115 não caberia uma votação da plenária, porque algum CRP não ganhou na votação de sua região.
116 Pediu respeito ao coletivo. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) sugeriu que cada região aponte o
117 seu representante, para posteriormente se discutir apenas os casos de conflito. Luiz Romano da
118 Motta Araújo Neto (CRP-10/PA/AP) lembrou que o critério já foi definido na Apaf no dia
119 anterior, que seria um CRP representante por região e que isso seria combinado pelos próprios
120 CRPs da região. Diemerson Saquetto (CRP-16/ES) argumentou que a plenária é soberana e as
121 decisões das regiões não podem ser superiores às da assembleia. Atendendo à sugestão de
122 encaminhamento feita pelo CRP-05/RJ, a mesa consultou as regiões, para informarem seus
123 representantes escolhidos por consenso. Foi informado que pela região centro oeste, os
124 representantes serão os CRPs 09/GO e 18/MT; pela região norte, os representantes serão os CRPs
125 10/PA/AP e 20/AM/AC/RO/RR. E foi divulgado que as regiões sul e nordeste não chegaram a um
126 consenso. Diante da chegada dos convidados do Ministério da Justiça, a mesa indicou a votação
127 para resolver entre a interrupção do ponto ou não. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-
128 12/SC) solicitou questão de ordem para informar que a mesa diretora e as delegações foram
129 recompostas exclusivamente para este ponto do GT, assim, não caberia a votação sugerida. A mesa

130 diretora colocou em votação a interrupção do ponto para a recepção dos convidados, proposta que
131 recebeu vinte votos. Em seguida consultou se deveria continuar o ponto, proposta que recebeu
132 vinte e quatro votos. Dando continuidade à discussão, Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-
133 10/PA/AP) lembrou que já havia feito uma questão de encaminhamento uma vez que já houve
134 deliberação anterior de que as regiões teriam autonomia para decidir, assim, seria necessário
135 definir somente se será mantida a deliberação anterior. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ)
136 pediu questão de encaminhamento também, esclarecendo que no dia anterior não se chegou a um
137 acordo de quais seriam os critérios, caso não houvesse consenso entre as regiões. A mesa sugeriu a
138 votação entre a proposta de manter o acordo de decisão no âmbito das regiões contra a proposta
139 decisão da assembleia. João Baptista Fortes de Oliveira (CRP-08/PR) explicou que é uma prática
140 institucional consolidada o fato de a Apaf sempre ter funcionado por meio de acordos entre as
141 regiões geopolíticas, e, caso se modifique esse acordo, rompe-se então todos os outros acordos
142 políticos desse modelo, o que é um grande risco. Cláudia Natividade (CRP-04/MG) explicou que
143 ficou combinado que as regiões tentariam um consenso para indicar seu representante para o GT,
144 assim, não havendo um acordo, é preciso que a decisão volte à Assembleia para usar mecanismos
145 democráticos para essa decisão. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) pediu questão de
146 ordem e leu o artigo primeiro do Regimento da Apaf, lembrando que a Apaf é soberana e não está
147 subordinada às regiões. A mesa colocou em votação a proposta um, de manter o acordo de decisão
148 no âmbito das regiões; contra a proposta dois, de decisão da assembleia. A proposta um recebeu
149 vinte e quatro votos, e a proposta dois recebeu vinte e cinco votos. Assim, ficou definido que o
150 plenário deveria discutir como se definirá a participação dos CRPs no GT. Abertas as inscrições,
151 Sergio Luis Braghini (CFP) informou que a partir do que foi votado, todo o acordo anterior se
152 rompeu, por isso, afirmou que as regiões que chegaram a um consenso podem rever o que foi
153 firmado. Como delegado do Conselho Federal de Psicologia, pediu desculpas à categoria e aos
154 membros do Ministério da Justiça que estão aguardando em decorrência de alguns interesses
155 privados, retardando a discussão de assunto relevante para os psicólogos. Diva Lúcia Gautério
156 Conde (CRP05/RJ) pediu agilidade, para que os candidatos da região sul e nordeste se coloquem
157 para a votação do plenário e lembrou que os acordos das outras regiões já foram acatados. Rodrigo
158 Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) explicou que de acordo com alguns princípios do direito, se
159 uma deliberação de ontem foi revogada, os atos decorrentes dela devem ser revogados também e,
160 nesse sentido, registrou que o CRP-23/TO se sentiu prejudicado e solicitou que todas as regiões
161 sejam definidas em plenária. Danilo Camuri Teixeira Lopes (CRP-21/PI) sugeriu que os CRPs
162 votem a respeito de sua própria região. Explicou que ele como membro da região nordeste não
163 votou em relação às outras regiões, assim, não seria prudente que a região sudeste, por exemplo,
164 vote nas decisões da região nordeste. Lembrou que o colega do CRP-06/SP sugeriu o CRP-13/PB
165 como candidato para o GT pela região nordeste e argumentou que os CRPs que são de
166 determinada região é que têm condições de saber as dificuldades que aqueles CRPs enfrentam no
167 cotidiano. Informou não ser justo que o CRP de outra região decida, e caso isso ocorra, se sentiria
168 tutelado. Afirmou que os CRPs possuem empoderamento técnico para tomar as decisões relativas
169 às suas próprias regiões e destacou que seu CRP tem experiência de mais de dez anos para decidir.
170 Concluiu que essa proposta de todo o plenário votar sobre determinada região, na verdade se
171 assemelha a uma manobra política para garantir a entrada de outros CRPs, sem o respeito aos
172 acordos feitos pelas regiões. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) afirmou que todos os

173 presentes são pares e esclareceu que não se questionou em nenhum momento a capacidade de os
174 CRPs realizarem suas eleições dentro de suas regiões. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP)
175 destacou que o CRP-06/SP não se colocou como tutelador de nenhum Conselho Regional, nem
176 pretende ocupar esse lugar. Pediu o encaminhamento da questão e o respeito à condução da mesa
177 diretora. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) explicou que o plenário é soberano em refazer
178 questões que já haviam sido decididas. Lembrou que o plenário da Apaf é composto por CRPs
179 pequenos e outros maiores, de modo que as regiões norte e nordeste não podem ter
180 representatividade maior, assim, quando se fala em plenário soberano é preciso compreender que
181 as regiões sul e sudeste tem mais delegados votando, com direito a interferir em regiões que tem
182 um número reduzido de psicólogos, que têm um trabalho precarizado, e, quando essa
183 representação chega à Apaf, não tem condições de expressar voz sobre essas dificuldades
184 enfrentadas. Pediu para a Apaf legitimar as decisões das regiões que têm menor número de
185 delegados presentes. Solicitou que a Apaf ofereça tempo hábil para uma solução consensuada
186 entre os CRPs da própria região, os quais conhecem seus territórios, suas dificuldades e suas
187 relações. Diemerson Saquetto (CRP-16/ES) falou sobre a tentativa da Apaf de garantir um regime
188 republicano democrático, de modo que não houve intolerância, mas sim uma divergência de
189 interpretação da decisão. Lembrou que no dia anterior ficou definido que se houvesse consenso
190 entre as regiões, essas indicações seriam acatadas pela assembleia. No entanto, não houve
191 consenso e não foi definido o que aconteceria nessa situação, por isso, a assembleia precisa
192 decidir. Iany Cavalcanti da Silva Barros (CRP-13/PB) lembrou que a discussão é sobre a
193 composição de um grupo de trabalho para questões financeiras, assim, é necessário definir critérios
194 relacionados aos conteúdos do trabalho a ser desenvolvido. Afirmou que o CRP-13/PB tem
195 estrutura para acompanhar as discussões, destacou o entendimento de que os conselhos
196 diretamente interessados deveriam se isentar do debate e lembrou que os conselhos novos ainda
197 precisam de financiamento para se manter. Contou que a perspectiva do CRP-13/PB é garantir
198 uma participação experiente, a partir do que foi vivenciado em relação ao CRP-02/PE com o
199 desmembramento. A mesa diretora sugeriu que as regiões apresentassem suas candidaturas e em
200 seguida houvesse duas votações. A primeira, para definir se haverá recomposição dos CRPs de
201 todas as regiões ou somente em relação às duas regiões que não chegaram a um consenso; e a
202 segunda para definir se todo o plenário vota em relação a todas as regiões ou se apenas os CRPs de
203 determinada região votam para eleger os dois representantes de sua própria região. Foi definido
204 que deveria haver votação apenas referente às regiões de impasse, sul e nordeste. Foi aberta a fala
205 para uma defesa de cada proposta. A primeira proposta, de que todo o plenário deve votar a
206 respeito da composição do GT, recebeu vinte e cinco votos. A segunda proposta, de que somente
207 os delegados das regiões sul e nordeste devem votar para eleger os CRPs representantes de suas
208 próprias regiões, recebeu vinte e quatro votos. Foram registradas duas abstenções. A mesa diretora
209 então lembrou que pela região sul o CRP-08/PR já faz parte do GT e são candidatos os CRPs-
210 07/RS e 12/SC. Deu-se início às falas dos candidatos. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) informou
211 que na região sul, os CRPs-07/RS e 08/PR entendem que o CRP-07/RS deve ser o representante,
212 pois desde o início o CRP-07/RS vota a favor da ampliação do GT, uma vez que faz questão de
213 participar da discussão, entendendo que esse fundo tem grande importância. Afirmou que o CRP-
214 12/SC votou primeiramente para manter o GT com a composição original. Falou da importância da
215 participação de novos CRPs no GT, com gestões que foram eleitas recentemente, para trazer novos

216 argumentos para o debate. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) falou do compromisso da
217 psicologia para fazer o GT trabalhar, pelo que não foi feito em três anos. Lembrou que a
218 composição do GT foi revista para ter a possibilidade de ampliar a participação e o CRP-12/SC
219 está comprometido a se debruçar sobre a tarefa para contribuir. O CRP-07/RS recebeu vinte e um
220 votos e o CRP-12/SC recebeu vinte e cinco votos. Houve três abstenções. A mesa diretora lembrou
221 que na região nordeste, o CRP 19/SE já compõe o GT e os CRP-13/PB e CRP-21/PI se
222 candidataram. Iany Cavalcanti da Silva Barros (CRP-13/PB) falou que o GT é decisivo, pois vai
223 trazer uma discussão muito significativa para o processo, o que não aconteceu por três anos.
224 Afirmou que é preciso garantir o pleno funcionamento do Sistema Conselhos e o CRP-13/PB tem
225 experiência no assunto para trazer novos planos. Danilo Camuri Teixeira Lopes (CRP-21/PI)
226 informou ter conhecimento nos temas financeiros e especialmente conhecimento da realidade de
227 conselhos menores desmembrados, lembrando que o CRP-21/PI passou por isso há três anos e tem
228 dialogado com Maranhão e outros CRPs em situação semelhante. Falou da importância de
229 participar do GT com o intuito de representar os CRPs menores, como Piauí, Maranhão e Ceará.
230 Afirmou entender que a Paraíba já está representada pelo CRP-19/SE, já que um estado é próximo
231 do outro. O CRP-13/PB recebeu vinte e cinco votos, enquanto o CRP-21/PI recebeu vinte e dois
232 votos. Houve duas abstenções. Luiz Romano da Motta Araújo Neto solicitou declaração de voto e
233 explicou que se absteve por uma questão de coerência, uma vez que já tinha existido uma votação
234 na região norte, em que Tocantins perdeu, conforme a deliberação do dia anterior. Afirmou que
235 entendia ser justa a recomposição da região norte, mas como isso não foi possível, o caminho mais
236 coerente foi a abstenção. O GT ficou com a seguinte composição: CFP, CRPs 05/RJ, 06/SP,
237 08/PR, 12/SC, 09/GO, 18/MT, 10/PA/AP, CRP-20/AM/AC/RR/RO, 19/SE e 13/PB. Sergio Luis
238 Braghini (CFP) pediu a manutenção das delegações e da mesa presente neste ponto, uma vez que
239 ele foi citado no dia anterior, quando havia essa mesma configuração, durante o ponto '3.
240 Informes', na leitura de uma nota de repúdio, que causou desconforto. Sergio Luis Braghini (CFP)
241 informou que, em respeito ao CRP-02/PE e ao presidente desse Regional, resgatou os documentos
242 necessários, para se redimir, caso houvesse falha de sua parte. Em seguida, leu o seguinte trecho
243 de seu relatório, ressaltando que esse documento foi acatado por unanimidade no plenário de
244 julgamento do CFP: "(...) Inicialmente, registre-se a excessiva delonga na tramitação do processo
245 na instância inferior. De fato, ao levar mais de 120 (cento e vinte) dias para a citação da
246 denunciada e permitir a paralisação do processo por quase dois anos, expôs desnecessariamente o
247 caso ao risco de prescrição, sem qualquer justificativa plausível. Tal fato consubstanciou
248 inequívoco gravame ao direito fundamental à duração razoável do processo, gerando um nível de
249 incerteza e ansiedade indevido às partes envolvidas. (...) Além disso, tendo em vista a já relatada
250 demora excessiva na tramitação do feito, recomendo a instauração de processo administrativo para
251 apuração de responsabilidade e do eventual cometimento do crime de prevaricação.(...)" Sergio
252 Luis Braghini (CFP) esclareceu que não houve nenhuma imposição ou acusação do Conselho
253 Federal de Psicologia, mas apenas uma recomendação no contexto educativo e não difamante, de
254 modo que o CRP-02/PE tem a discricionariedade para decidir sobre a necessidade de abertura de
255 processo administrativo, caso haja eventual cometimento do crime de prevaricação, como foi
256 colocado no relatório. Solicitou o registro em ata do seguinte texto: "O princípio do Duplo Grau de
257 Jurisdição indica a possibilidade de revisão, por via de recurso, das causas já julgadas pelo juiz de
258 primeiro grau (ou primeira instância), que corresponde à denominada jurisdição inferior,

259 garantindo um novo julgamento por parte dos órgãos da jurisdição superior, ou órgãos de segunda
260 instância. Assim, o conselheiro cumpriu estritamente o seu dever legal e a recomendação não foi
261 de ordem pessoal. A ameaça levada a termo pelo CRP-02/PE, consistente em exigir retratação sob
262 pena de tomar as providências cabíveis, está a ensejar isso sim providências. Isso porque o
263 comentário do conselheiro foi feito dentro do julgamento de um processo ético sigiloso e com
264 *animus* educativo. Lado outro, a retratação fora requerida publicamente, em assembleia de classe
265 transmitida ao vivo pela rede mundial de computadores. Assim, quem agiu de forma temerária e
266 desproporcional fora o CRP/02, que expôs questão sigilosa e inadequada e, pior, atribuindo a um
267 só conselheiro a responsabilidade por decisão colegiada, o que só vem a confirmar o *animus*
268 difamante da atitude. Para além disso, restou clara a insubordinação do Regional, que não admitiu
269 seu erro procedimental e, ainda, questionou-a em meio inadequado, ou seja, fora do âmbito das
270 comissões de ética e plenários, desrespeitando o expresso sigilo inerente aos processos de natureza
271 ética e disciplinar. Pelo arrazoado, este Conselheiro bem como o Conselho Federal de Psicologia
272 entendem que são eles que estão a merecer retratação, pois foram expostos publicamente por
273 questão que, além de impertinente à espécie, deveria ser resguardada por sigilo.” Verônica Chaves
274 Carrazzone (CRP 02/PE) solicitou questão de ordem e informou que no dia anterior ela não teve
275 esse mesmo tempo para expor a situação. Márcia Mansur Saadallah (CRP-04/MG) afirmou que o
276 relato feito não era questão de ordem, o que foi um desrespeito à plenária. A mesa diretora
277 lembrou que esta mesa foi composta exclusivamente para a conclusão do GT para o fundo de
278 apoio aos CRPs e sugeriu o retorno da mesa e delegações anteriores para a recepção dos
279 convidados do Ministério da Justiça. A mesa diretora foi recomposta por Aristeu Bertelli da Silva
280 (CRP-06/SP), Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) e Rodrigo Acioli Moura (CRP-
281 05/RJ). **8. Carteira de Identidade Profissional – CIP – Convênio com Ministério da Justiça.**
282 Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane Gregorio; CRP 02/PE: Verônica
283 Chaves Carrazzone, Patrícia de Oliveira Guimarães; CRP 03/BA: Valter da Mata Filho, Eric
284 Gamaliel dos Santos Vieira; CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Marcia Mansur Saadallah, Dalcira
285 Pereira Ferrão; CRP 05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Achilles Miranda
286 Dias; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Vinicius Cesca de Lima;
287 CRP 07/RS: Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira, Mariane Teixeira Netto
288 Rodrigues, Manuele Montanari Araldi; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de
289 Souza Walger de Almeida, Maria Cristina Neiva de Carvalho; CRP 09/GO: Ionara Vieira Moura
290 Rabelo, Handersenn Shouzo Abe; CRP 10/PA/AP: Giane Silva Santos Souza, Luiz Romano da
291 Motta Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC:
292 Anderson Luis Schuck, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros; CRP 13/PB:
293 Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario,
294 Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho
295 de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Rafael
296 Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Alan Santana Santos; CRP
297 20/AM/AC/RO/RR: Gibson Alves dos Santos, Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI:
298 Elizandra Ferreira Pires de Carvalho; CRP 22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO:
299 Jonatha Rospide Nunes; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques, Meire
300 Nunes Viana. Os representantes do Ministério da Justiça foram convidados a compor a mesa.
301 Maria da Graça Correa Jacques informou que o CFP foi procurado, porque quando uma pessoa

302 passa a fazer parte do programa de proteção à testemunha, são adotadas medidas para o sigilo
303 sobre as atividades dessa pessoa, como mudança de residência, por exemplo. No entanto, isso não
304 é oferecido aos profissionais que atendem essas pessoas, o que deixa as equipes em situação de
305 vulnerabilidade, uma vez que podem ser ameaçadas para prestar informações sobre as testemunhas
306 em atendimento no programa de proteção. Os convidados, membros do 'Programa de Proteção a
307 Vítimas e Testemunhas Ameaçadas' do Ministério da Justiça realizaram breve panorama do
308 programa, explicando que ele foi criado por decreto, como uma política pública e está presente em
309 treze estados, com cerca de 500 (quinhentas) pessoas protegidas. Foi destacado que o programa
310 brasileiro se diferencia dos demais do mundo, por conta da reinserção social das pessoas. Foi
311 esclarecido que a testemunha não é obrigada a ingressar nem permanecer no programa, o qual é
312 complexo e exige uma série de restrições sobre uso de redes sociais, telefonia, bem como gera
313 diversos desafios para atividades cotidianas como a obtenção da carteira de trabalho, por exemplo.
314 Com isso, muitos usuários do programa não têm garantia de acesso à rede pública de serviços, uma
315 vez que é necessária a formação de uma rede restrita, de maior segurança. Foi informado que em
316 cada estado há um conselho deliberativo para aprovar o ingresso e a exclusão de alguma
317 testemunha. As equipes técnicas do programa são interdisciplinares, contando com advogados,
318 psicólogos e assistentes sociais. Os convidados enfatizaram a importância de os profissionais
319 terem também formas de se camuflarem, para proteção. Exemplificaram que o psicólogo que se
320 desliga do programa continua vivendo no mesmo município e, com isso, pode sofrer ameaças, para
321 fornecer informações a respeito de alguma testemunha protegida. Foi explicado que o programa é
322 executado pela sociedade civil, de modo que o governo não possui nenhuma informação sobre a
323 localização dos protegidos. A reinserção dos protegidos se dá em lugares diversos, para garantir
324 que a pessoa retome sua autonomia após o programa. Informou-se que os protegidos perdem o
325 contato com familiares e outros vínculos anteriores. Uma psicóloga do programa também foi
326 convidada a falar dos pontos limites que psicólogos vivenciam na prática do programa. Ela contou
327 que o programa trabalha com pessoas que sofrem grande risco, relacionado a situações que
328 envolvem tráfico de drogas, crimes diversos, de modo que é bem difícil atuar com famílias que
329 saem de seus estados para constituir a vida em outro lugar. Destacou que é importante
330 conscientizar a família protegida para manter o sigilo, para não retornar o risco para ela, para a
331 família e para os profissionais envolvidos. Explicou que a identificação profissional do psicólogo
332 está no Cadastro Nacional de Psicólogos, assim, a partir dessa plataforma, pelo nome do
333 profissional ou número do registro, torna-se simples a descoberta de várias outras informações
334 sobre o profissional, como o endereço da residência, por exemplo. Informou que o intuito desta
335 reunião hoje é a proteção dos profissionais do programa, por isso, o assunto será tratado também
336 com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. A
337 convidada citou que uma das situações de maior risco para psicólogos é a fase de preparação de
338 testemunha para depoimento em júri, com a presença de seu algoz. Destacou que muitas vezes os
339 juizes exigem a identificação do psicólogo que acompanha a testemunha naquele momento, o que
340 coloca o psicólogo em risco. Esclareceu que a proposta do Ministério da Justiça é que se busque
341 uma forma para que os psicólogos que trabalham no programa possam receber codinomes com
342 número de registro no CRP falsos por tempo determinado, de modo que fique garantido o bom uso
343 do recurso e o compromisso de devolução deste CRP ao final de sua participação no programa.
344 Abertas as inscrições, Meire Nunes Viana (CFP) informou que trabalhou em uma clínica-escola

345 com casos de proteção à testemunha e na ocasião foi explicado que a clínica era priorizada por não
346 ter cadastro no SUS – Sistema Único de Saúde, assim, Meire Nunes Viana (CFP) sugeriu que se
347 pense em como incluir estagiários e clínicas-escola nos atendimentos do programa. Jonatha
348 Rospide Nunes (CRP-23/TO) falou da importância e da complexidade da emissão de uma carteira
349 profissional fictícia, sugerindo que é possível se emitir carteira de outros estados também, como
350 maior forma de proteção. Destacou a necessidade de articulação do Sistema Conselhos de
351 Psicologia como um todo, para esta finalidade. Pediu agilidade no processo para resguardar os
352 profissionais que estão em risco e sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para pensar junto
353 com o Ministério da Justiça no detalhamento dessas questões. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS)
354 indicou que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ deveria ser envolvido antes do debate com
355 outras instâncias, haja vista que a aceitação dos magistrados é muito importante para o
356 funcionamento dessa estratégia. Juliana Lima Medeiros (CRP-12/SC) pediu mais informações
357 sobre o projeto. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) pediu o detalhamento da demanda
358 apresentada, para entender a viabilidade dessa estratégia proposta, uma vez que a carteira
359 profissional contém dados de CPF (cadastro de pessoa física) e assinatura. Aristeu Bertelli da Silva
360 (CRP-06/SP) perguntou se já houve diálogo com o CNJ - Conselho Nacional de Justiça e outros
361 conselhos citados, como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e CFESS - Conselho Federal de
362 Serviço Social, por exemplo. Os convidados responderam que a ideia não é a emissão de um
363 documento falso, mas sim a emissão de outro documento que tivesse alguns dados desse
364 profissional. Explicou que de fato com as restrições de informações, alguns direitos acabam sendo
365 restringidos também, e exemplificou que os protegidos do programa não têm cadastro no TSE –
366 Tribunal Superior Eleitoral. Esclareceu que o TSE acolhe os números que o programa passa,
367 acolhe o registro e permite o voto com a informação de que a pessoa está no programa de Proteção
368 à Testemunha. Informou que o programa já fez tentativas de diálogo com o CNJ, mas ainda não
369 obteve retorno e está prevista outra tentativa com a Ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, nova
370 presidente do CNJ e STF – Supremo Tribunal Federal. O convidado explicou que no dia dezanove
371 de dezembro de dois mil e dezesseis haverá esta mesma apresentação no CFESS e há previsão de
372 agendamento também com a OAB, mas ainda sem retorno. A psicóloga convidada explicou que o
373 acompanhamento psicológico depende do profissional que está no caso e a ideia é que o nome do
374 profissional não fique em um cadastro e possa ser rastreado. Esclareceu que o sigilo do local e a
375 ameaça em si que a pessoa protegida sofre não deve ser revelada para o psicólogo. Informou que o
376 desenho dessa carteira deve ser pensado por um grupo responsável, para encontrar a melhor
377 maneira de preservar os dados reais de forma segura, para que o profissional possa entrar em
378 órgãos como o Ministério Público, por exemplo, sem a exposição da identificação real. Ela
379 explicou que o psicólogo do programa não realiza atendimento clínico, mas acompanha o
380 cotidiano dos protegidos, identifica as demandas e aciona o serviço necessário da rede. Cláudia
381 Natividade (CRP-04/MG) falou da importância de articulação dessa estratégia proposta com outros
382 órgãos e outros programas de proteção à testemunha. Daniela Bezerra Rodrigues (CRP-17/RN)
383 perguntou se o programa já está se articulando com todos os outros programas e perguntou se já
384 existiu algum profissional que vivenciou situação em que ele próprio precisou entrar no programa.
385 Juraci Brito da Silva (CRP-05/RJ) falou das questões éticas envolvidas e perguntou sobre o tipo de
386 monitoramento que o CRP pode fazer em relação a esse exercício profissional. Ionara Vieira
387 Moura Rabelo (CRP-09/GO) informou que no decreto e na lei que criam o programa não há

388 nenhuma menção de proteção aos profissionais que assistem os protegidos, assim, propôs que o
389 CFP envie ofício ao CNJ e outras instâncias tratando da preocupação com a proteção dos
390 profissionais e da necessidade de criação do ordenamento jurídico para isso. Sugeriu também a
391 criação de uma Câmara de articulação com outras autarquias, CFESS e OAB, para criar uma
392 proposta conjunta e, por último, pensar numa proposta chave para todos. Verônica Chaves
393 Carrazzone (CRP-02/PE) informou que Pernambuco já avançou em vários programas, há uma rede
394 de articulação, mas não houve ainda o avanço na proteção dos profissionais dos programas.
395 Informou que lá o usuário não consegue trocar o nome, então não pode acessar uma escola
396 pública, nem prestar vestibular, nem conseguir o auxílio Bolsa-Família. Afirmou que a criação
397 desse grupo para pensar na proteção dos profissionais vai gerar avanços também para os usuários
398 do serviço de proteção. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) perguntou quantos profissionais se
399 encontram nessa situação. Foi respondido que os números variam a depender do estado, mas
400 provavelmente há cerca de cinquenta profissionais atuando no programa como um todo. Com
401 relação ao acesso às políticas públicas, os convidados responderam que os profissionais do
402 programa tentam incluir os protegidos na rede próxima a localidade em que a pessoa está. Para
403 tanto, já existe um convênio com o Ministério da Saúde, para a emissão do cartão de saúde com o
404 nome que o programa pedir. Informou que a proteção aos técnicos não está regulamentada de fato
405 e pode-se pensar em um decreto para tanto. Os convidados confirmaram que é importante articular
406 essa estratégia de proteção dos profissionais com os outros conselhos e órgãos, lembrando que há
407 questões em comum a todas as categorias e outras específicas. Foi esclarecido que sobre a rotina
408 para monitoramento das ações dos profissionais, há reuniões semanais e as decisões são tomadas
409 em equipes, de modo que esse assunto poderá ser aprofundado no diálogo com o grupo que será
410 designado. Sergio Luis Braghini (CFP) afirmou que a proteção da vida é prioritária e urgente,
411 assim, sugeriu um convênio entre Ministério da Justiça e Conselho Federal de Psicologia para a
412 emissão de documentos com dados sigilosos, a partir de um grupo de trabalho interno do CFP,
413 com contribuição de alguns colegas de CRPs a pedido do CFP, pois quanto mais aberto o grupo,
414 maior o risco de divulgação de informações. A delegação do CRP-11/PI alertou que o CFP
415 precisará dialogar também com o Tribunal de Contas da União, em decorrência das exigências
416 pela transparência e sugeriu que o CFP gerencie um cadastro único desses profissionais com nova
417 carteira. A delegação do CRP-10/PA/AP se colocou a disposição para os trabalhos do GT a ser
418 criado. Jonatha Rospide Nunes (CRP-23/TO) sugeriu que Ministério da Justiça realize articulação
419 com TCU – Tribunal de Contas da União, TSE – Tribunal Superior Eleitoral, CNJ – Conselho
420 Nacional de Justiça, CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, OAB – Ordem dos Advogados
421 do Brasil e programas de proteção, para que todos juntos possam definir o que pode ser feito. Foi
422 definido pela Apaf que o objetivo do grupo será criar estratégias para proteção dos profissionais
423 para entrada, permanência e saída dos programas. Os convidados agradeceram e se colocaram à
424 disposição para compor a comissão. Foram colocadas em votação duas propostas: a primeira, de
425 constituição imediata de um GT, que recebeu cinco votos; e a segunda, de que o trabalho será
426 desenvolvido pelo CFP, o qual posteriormente chamará os CRPs, que recebeu quarenta e um
427 votos. Houve três abstenções. Ficou definido que o CFP coordenará o processo dialogando com
428 outras autarquias e, quando necessário, acionará os Conselhos Regionais de Psicologia. Ficou
429 combinado também que o CFP deve trazer informações sobre o assunto na Apaf de maio de 2017
430 (dois mil e dezessete). A assembleia foi interrompida às treze horas e onze minutos para o almoço

431 e foi retomada às catorze horas e cinquenta minutos. **9. Grupos de Trabalho. 9.17 Revisão da**
432 **Resolução CFP nº 35/2015 (institui a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social –**
433 **Conpas no âmbito do CFP).** Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane
434 Gregorio; CRP 02/PE: Patrícia de Oliveira Guimarães, Verônica Chaves Carrazzone; CRP 03/BA:
435 Valter da Mata Filho e Eric Gamaliel dos Santos Vieira; CRP 04/MG: Cláudia Natividade, Marcia
436 Mansur Saadallah, Dalcira Pereira Ferrão; CRP 05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo
437 Acioli Moura, Achiles Miranda Dias; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Vinicius Cesca de
438 Lima, Clarice Pimentel Paulon; CRP 07/RS: Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira
439 Netto Rodrigues e Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: João Baptista Fortes de Oliveira, Carolina de
440 Souza Walger de Almeida, Maria Cristina Neiva de Carvalho; CRP 09/GO: Ionara Vieira Moura
441 Rabelo, Handersenn Shouzo Abe; CRP 10/PA: Giane Silva Santos Souza e Luiz Romano da Motta
442 Araújo Neto; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12/SC: Jaira
443 Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros, Marcos Henrique Antunes; CRP 13/PB:
444 Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma Macario,
445 Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho
446 de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17/RN: Rafael
447 Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Alan Santana Santos; CRP
448 20/AM, AC, RO, RR: Gibson Alves dos Santos, Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI:
449 Elizandra Ferreira Pires de Carvalho; CRP 22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo; CRP 23/TO:
450 Rodrigo Monteiro de Oliveira; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa Jacques,
451 Meire Nunes Viana. Aberta a apresentação do ponto, Achiles Miranda Dias (CRP-05/RJ) informou
452 que na Apaf anterior houve uma discussão em relação à Resolução CFP nº 035/2015 sobre alguns
453 artigos referentes à participação dos CRPs na Conpas e, com isso, foi criado um Grupo de
454 Trabalho (GT) para a revisão do regimento interno da Conpas. A região Sudeste fez uma reunião
455 em 30 (trinta) de julho em que produziu uma proposta e indicou seu representante, mas não houve
456 retorno das indicações de representantes de outras regiões. Assim, os CRPs da região Sudeste
457 sugeriram uma discussão ampliada sobre o regimento da Conpas e não só dentro do GT, mas sim a
458 partir de uma reunião com todos os CRPs, para uma nova proposta de regimento a ser apreciado na
459 Apaf de maio. Informou que a região Sudeste já fez uma minuta do documento que pode ser
460 utilizada como ponto de partida. Márcia Mansur Saadallah (CRP-04/MG) reafirmou a importância
461 da Conpas, e de continuidade de discussões sobre o tema, mas destacou que há críticas na forma de
462 gestão, pelo fato de a participação dos CRPs ter se dado apenas em alguns momentos. Explicou
463 que a proposta dos CRPs da região Sudeste é de que o CFP chame uma reunião o quanto antes
464 possível com todos os CRPs para dar andamento ao regimento e outras providências da Conpas.
465 Abertas as inscrições. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) perguntou se na proposta colocada o GT
466 deixaria de existir e haveria uma reunião ampliada da Conpas. Perguntou como ficaria a
467 composição da Conpas, haja vista que provavelmente ela teria nova composição com a mudança
468 de gestões e talvez pudesse contar com representantes dos Regionais que são da área. Meire Nunes
469 Viana (CFP) esclareceu que a Conpas não tem caráter deliberativo, ela serve para a construção de
470 subsídios ao plenário do CFP, assim como outras comissões. Ressaltou que se a proposta agora é
471 que a Conpas se torne uma instância deliberativa, isso é novo. Sobre o indicativo de realização de
472 reunião ampliada, esse mecanismo já existe, mas é chamado de reunião plena, que contempla a
473 participação de todos os CRPs. Achiles Miranda Dias (CRP-05/RJ) esclareceu que a ideia não é

474 colocar a Conpas como instância deliberativa, mas que as decisões da Conpas sejam pautadas em
475 Apaf. Esclareceu que a discussão é pela democratização dos debates dentro da Conpas, uma vez
476 que no regimento não está prevista a forma de votação, assim, não se sabe como proceder quando
477 há um impasse entre CRPs e Conpas. Em relação ao formato, a proposta é ter um representante de
478 cada CRP e do CFP, para trazer uma minuta de regimento para a Apaf. Márcia Mansur Saadallah
479 (CRP-04/MG) informou que a Conpas deve ser uma composição do Sistema Conselhos de
480 Psicologia e não do CFP, com participação dos CRPs. Destacou que tanto o CFP quanto os CRPs
481 devem ter o mesmo poder de participação e deliberação, garantindo que chegue até a Conpas o que
482 surge nos Regionais. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) lembrou que três resoluções que
483 envolviam o Sistema Conselhos de Psicologia foram aprovadas pelo plenário do CFP sem passar
484 pela instância da Apaf, uma delas era sobre a Conpas, o que gerou essa dúvida, por ser uma
485 Comissão de articulação nacional, que não deveria ser só do CFP. Ressaltou a importância de
486 defender a política de assistência social, reiterando o comprometimento que o Sistema Conselhos
487 de Psicologia tem com essa pauta. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) esclareceu que a
488 Conpas tem a Comissão ampliada e a Comissão plena, esta que já tinha representação dos CRPs.
489 Destacou que colegas dos CRPs não tinham representatividade dentro de seus Regionais, pois ele
490 ouviu de representantes de CRPs que não tinham feito nada em seus estados, para esperar chegar
491 na Apaf. Ressaltou a necessidade de fazer esse debate, uma vez que existem mais de trinta mil
492 psicólogos atuando nesse campo precisando de referência, pois o campo não só da assistência
493 social, como também o da saúde mental está prestes a sofrer um colapso. Ionara Vieira Moura
494 Rabelo (CRP-09/GO) falou da importância da Conpas, especialmente neste momento em que
495 existe a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 (cinquenta e cinco de dois mil e
496 dezesseis), que limita os gastos públicos por vinte anos, sabendo que mais de cinquenta mil
497 psicólogos estão vinculados ao SUS – Sistema Único de Saúde e ao SUAS – Sistema Único de
498 Assistência Social. Pediu esclarecimento sobre a participação dos CRPs, haja vista que de acordo
499 com a Resolução CFP nº 035/2015 (trinta e cinco de dois mil e quinze) já existe a Comissão
500 Ampliada e a Plena, de modo que os CRPs já têm participação garantida na plena, enquanto a
501 ampliada traz só representantes por regiões. Propôs uma reunião plena, chamada pelo Conselho
502 Federal, para que os CRPs participem, especialmente os de pequeno porte, para depois se definir a
503 Comissão Ampliada, mas ouvindo todos os Regionais nesse primeiro momento. Silvana de
504 Oliveira (CRP-07/RS) lembrou que há 36 (trinta e seis) pontos de pauta nesta Apaf e vários são
505 remanescentes, assim, destacou que colocar a Apaf como instância deliberativa da Conpas pode
506 fazer a Comissão deixar de produzir. Afirmou que, pelo tamanho da demanda, é urgente se pensar
507 em instâncias que funcionem e quando se depende da Apaf, há cerca de dez grupos de Trabalho
508 em que apenas dois funcionam. Pediu a reunião plena e uma discussão sobre a funcionalidade das
509 reuniões. Vinicius Cesca de Lima (CRP-06/SP) lembrou que desde a primeira reunião desta
510 comissão que o CFP chamou, houve a defesa de que o debate fosse feito na Apaf pelo caráter
511 nacional do tema. Se a proposta é de uma Comissão que subsidie o CFP, então ela não tem um
512 caráter nacional. Márcia Mansur Saadallah (CRP-04/MG) reiterou que sempre houve interesse de
513 os CRPs participarem, mas entende que é legítima essa participação se cada CRP puder indicar
514 seus representantes para todas as instâncias e de forma igualitária. Falou que é preciso ter mais
515 agilidade que a Apaf, por isso há uma proposta de ter uma comissão específica, com indicativo de
516 reunião em fevereiro e com prioridade para a discussão na Apaf de maio. Chamado a responder a

517 dúvidas colocadas, Achilles Miranda Dias (CRP-05/RJ) informou que a proposta é incluir todos os
518 CRPs, evitando a nomenclatura de comissão ampliada e plena, a qual não está clara. Destacou que
519 o objetivo é fazer uma reunião com todos os CRPs e com o CFP. A possibilidade de as
520 deliberações irem para a Apaf ou para cada instância, é algo a ser definido no próprio regimento
521 interno, na discussão que ainda acontecerá. Frisou a importância de sair desta Apaf com um mês
522 específico para acontecer essa reunião. Rogério Oliveira (CFP) falou que é importante não perder
523 de vista os avanços necessários, a agenda do exercício profissional, demandas apresentadas pela
524 categoria. Explicou que existe um canal para isso, que acontece a cada três anos, mas há também
525 demandas diárias que surgem. Destacou que o ponto da Assistência Social foi pautado para a Apaf
526 em 2007 (dois mil e sete) e nunca foi discutido. Ficou três anos na pauta. Desde 2014 (dois mil e
527 catorze) esse assunto passou a ser discutido proposto pelo CFP e pela Conpas, num modelo de
528 funcionamento que era o possível naquele momento. Agora é outro momento, que possibilita outra
529 conjuntura e, por isso, se pode ter outra formatação. Agradeceu à psicóloga Carla Andréa Ribeiro e
530 outros membros da Comissão pelos avanços que foram possíveis. José Félix Vilanova Barros
531 (CRP-15/AL) lembrou que a Conpas foi apresentada em 2015 (dois mil e quinze) e os CRPs
532 poderiam ter criado as suas Comissões Regionais, mas isso não foi feito, com exceção do estado
533 de Alagoas que criou sua comissão regional. Ressaltou que as solicitações desse campo são muitas
534 e é preciso fortalecê-las, especialmente questões relacionadas às condições de trabalho e
535 reivindicações salariais. Também agradeceu à psicóloga Carla Andréa Ribeiro por tudo que ela
536 realizou na área. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) informou que esta Apaf está
537 caminhando para um consenso, visto que os colegas que apresentaram o ponto se referem à
538 necessidade de reunião com a participação de todos os CRPs e o CFP. Explicou que isso já está
539 previsto no regimento em vigor e é chamada de reunião plena. Falou também que pela fala da
540 representante do CRP-02/PE, entendeu que haveria uma mudança no artigo terceiro, indicando que
541 a Comissão Executiva seja eleita por essa reunião plena. Pediu o encaminhamento da reunião
542 plena, com apoio a participação de todos os CRPs. Anderson Luis Schuk (CRP-12/SC) pediu para
543 pensar nas ações de assistência social como um sistema, podendo debater e deliberar como
544 construção coletiva. Explicou que quando isso não acontece, há documentos que não contemplam
545 todos e atravessam o que os CRPs estabelecem. Enfatizou que a Conpas serviu para criar o
546 comprometimento nacional, o que é um mérito. Lembrou que é preciso rever o que aconteceu com
547 a parceria com o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Diego Mendonça Viana (CRP-
548 11/CE) informou que a Conpas deve continuar, pensando para onde caminhar e o que trazer para a
549 Apaf, pois não é possível pautar tudo para a Apaf. Afirmou que é importante nessa reunião pensar
550 não só o regimento, mas apontar um documento de intenções, de bandeiras a serem defendidas
551 para não ficar dependendo de deliberação da Apaf. Acrescentou que na reunião todos os CRPs
552 devem ter o direito de votar, por isso, não seria uma reunião plena, seria um momento em que o
553 CFP e CRPs tenham iguais poderes de fala e de voto. A Mesa Diretora fez um breve resumo de
554 tudo que foi colocado, explicando que não há divergências sobre a necessidade de permanência da
555 Conpas, mas o que continua em debate é a instância de deliberação, se seria o CFP ou a Apaf. Foi
556 colocado que é preciso apreciar a minuta do regimento interno na Apaf de maio de 2017. A mesa
557 consultou se o GT fica mantido ou se haverá uma reunião com todos os CRPs e CFP para tanto. Os
558 presentes explicaram que também é consenso que haja uma reunião plena com participação de
559 todos os CRPs e do CFP. Achilles Miranda Dias (CRP-05/RJ) explicou que a reunião plena de

560 acordo com o regimento não prevê voto, já na proposta que está sendo defendida na Apaf é de que
561 todos os CRPs e CFP tenham voz e voto. Márcia Mansur Saadallah (CRP-04/MG) explicou que a
562 ideia é fazer uma construção coletiva, desse modo, não cabem nomenclaturas de comissões ou
563 GTs por enquanto, a proposta é de uma reunião em fevereiro com todos os CRPs e CFP (com
564 mesmo poder de deliberação) para que se construa uma proposta para a Apaf de maio de 2017
565 (dois mil e dezessete), em que fique estabelecido o papel da Apaf e o papel da Comissão. Lembrou
566 que numa reunião plena não há essa igualdade de poder de voz e voto para todos os CRPs e CFP.
567 José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) explicou que a Conpas tem um representante do CFP e
568 um representante técnico de cada região que ajuda a compor e mostrar a realidade de como
569 funciona a assistência social em cada parte do país. Já a comissão ampliada tem um número maior
570 de profissionais indicados pelos CRPs. A Comissão plena funciona com os Conselhos Regionais,
571 que poderão ser os presidentes ou técnicos especialistas na área. Entende que se a formatação não
572 está adequada, o melhor caminho seria este que está sendo proposto de um encontro para fevereiro
573 ou março e os CRPs podem indicar conselheiros que vivenciam a área de assistência social.
574 Sugeriu convidar a Associação Brasileira de Psicologia e Assistência Social para enriquecer o
575 debate. A mesa diretora indicou o consenso de que há necessidade de se realizar uma reunião entre
576 fevereiro ou março em que se garanta a participação do CFP e dos CRPs com igual poder de voz e
577 voto para apresentar uma minuta de Regimento na Apaf de maio de 2017. Perguntou à Assembleia
578 se há consenso a respeito da proposta compilada. Antes de colocar a proposta em votação, a mesa
579 solicitou que todos revisassem os encaminhamentos registrados na tela. Jaira Terezinha da Silva
580 Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu que o convite à Associação Brasileira de Assistência Social não
581 se dê neste momento, pois acredita que é preciso de uma reunião inicial apenas do Sistema
582 Conselhos de Psicologia em fevereiro ou março, de modo que posteriormente se definam as
583 parcerias e a necessidade de diálogo com outras instâncias. Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL)
584 concordou com a mudança sugerida. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) sugeriu a seguinte
585 redação para o encaminhamento: debater as funções da Conpas e da Apaf em relação à pauta da
586 Assistência Social. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) informou que não está clara a
587 necessidade de se discutir as funções da Conpas e da Apaf no campo da assistência social, pois não
588 há dúvidas sobre a função da Apaf. Lembrou que o regimento da Conpas é a origem do debate e
589 parece indevido discutir o que compete à Apaf. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) perguntou como
590 surgiram as outras comissões nacionais e por que a Conpas funcionará diferentemente das outras
591 comissões nacionais, que têm a mesma proposta de outras comissões que subsidiam o plenário do
592 CFP. Reiterou que não é possível submeter os trabalhos da Conpas à Apaf. Sobre as parcerias
593 afirmou serem muito importantes, mas enfatizou a necessidade de se voltar primeiro para a
594 profissão de psicólogos, pois a categoria ainda está muito fragilizada nesta política. Contou que faz
595 parte de um grupo de *whatsapp* de psicólogos do SUAS – Sistema Único de Assistência Social do
596 Brasil em que há relatos de que há Conselhos de Serviço Social atuando profissionais para que
597 não dividam prontuários nem salas com psicólogos, orientando que não assinem documentos com
598 psicólogos, de modo que as parcerias precisem ser amadurecidas. Falou da importância de ter
599 trabalhadores do SUAS na discussão e sugeriu o fortalecimento dos fóruns dos trabalhadores e dos
600 usuários nos municípios e estados. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) concordou que o
601 regimento precisa ser repensado e pediu para manter o registro de que é preciso definir quais as
602 atribuições de cada instância, porque há pontos na pauta que estão aguardando mais de dois anos

603 para serem discutidos. Assim, defendeu a importância de se exigir que os participantes da
604 comissão sejam profissionais que estão na área e sabem do cotidiano do SUAS. Afirmou que não
605 se deve iniciar tudo em março, pelo contrário, a partir de janeiro o CFP já deve organizar para ter
606 algo estruturado na reunião de março, e para apenas ser validado na Apaf de maio. Pediu a
607 manutenção do texto exatamente como o Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) propôs. Em
608 resposta à dúvida colocada por Silvana de Oliveira (CRP-07/RS), Jaira Terezinha da Silva
609 Rodrigues (CRP-12/SC) esclareceu que a primeira instância deliberativa do Sistema Conselhos de
610 Psicologia é o CNP – Congresso Nacional de Psicologia, em segunda instância a Apaf –
611 Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras e em terceira instância o plenário do CFP e
612 depois todas as comissões. Lembrou que a proposta do Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) é
613 adequada porque delega algumas atribuições à Comissão, respeitando a hierarquia. Maria da Graça
614 Correa Jacques (CFP) informou que as comissões do Conselho Federal de Psicologia se remetem
615 ao Plenário do Conselho Federal de Psicologia e as instâncias que Jaira Terezinha da Silva
616 Rodrigues (CRP-12/SC) citou são referentes a todo o Sistema Conselhos de Psicologia. Afirmou
617 que não havendo as Comissões do Plenário do CFP, retira-se toda a autonomia do CFP. Em regime
618 de votação, os seguintes encaminhamentos foram aprovados por 46 (quarenta e seis) votos: 9.17.1.
619 Retomar a discussão de forma plena com participação do CFP e um representante de cada CRP,
620 objetivando a democratização do debate, elaboração de minuta de regimento interno da CONPAS,
621 para que seja apresentada na próxima APAF de maio de 2017; 9.17.2. Garantir a participação
622 igualitária dos CRPs, para que todos tenham o mesmo espaço de decisão; 9.17.3. Extinguir o GT;
623 9.17.4. Realizar reunião entre fevereiro e março de 2017, com participação do CFP e um
624 representante de cada CRP, preferencialmente de pessoas vinculadas à política de assistência
625 social, garantindo o poder de voz e voto a todos os participantes; 9.17.5. Elaborar documento de
626 intenções, objetivando se pensar a articulação coletiva entre o Sistema e outros Conselhos
627 Profissionais. **10. CAMPANHA PSICOLOGIA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E**
628 **SEGURIDADE SOCIAL.** Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane
629 Gregorio; CRP 02/PE: Patrícia de Oliveira Guimarães, Verônica Chaves Carrazzone; CRP 03/BA:
630 Valter da Mata Filho e Eric Gamaliel dos Santos Vieira; CRP 04/MG: Túlio Louchard Picinini
631 Teixeira, Dalcira Pereira Ferrão e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05/RJ: Diva Lúcia Gautério
632 Conde, Rodrigo Acioli Moura, Achilles Miranda Dias; CRP 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva,
633 Clarice Pimentel Paulon e Monalisa Muniz Nascimento; CRP 07/RS: Manuele Montanari Araldi,
634 Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de Oliveira; CRP 08/PR: Ludiana Cardozo Rodrigues,
635 Carolina de Souza Walger de Almeida, Maria Cristina Neiva de Carvalho; CRP 09/GO: Murillo
636 Rodrigues Dos Santos E Simone Minasi; CRP 10/PA: Adriana Elisa de Alencar Macedo E
637 Antonino Alves Da Silva; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP
638 12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Ematuir Teles de Sousa e Anderson Luis Schuck; CRP
639 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma
640 Macario, Sandra Maria Francisco de Amorim; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício
641 Luiz Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Proviatti Bitencourt; CRP
642 17/RN: Rafael Ribeiro Filho; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Alan Santana
643 Santos; CRP 20/AM, AC, RO, RR: Clorijava de Oliveira Santiago Junior, Maria das Graças
644 Mendonça Sales; CRP 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: ausente no momento;
645 CRP 23/TO: Jonatha Rospide Nunes; CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Correa

646 Jacques, Meire Nunes Viana. Neste momento, Verônica Carrazone (CRP-02/PE) pediu questão de
647 ordem para informar que o nome do presidente do CRP-02/PE está sendo usado em um golpe, a
648 partir de ligações para os CRPs pedindo dinheiro em valores altos. Por isso, foi esclarecido que ele
649 não está pedindo nenhuma ajuda financeira e que não tem nenhum parente doente. Foi solicitado
650 àquelas pessoas que fizeram o depósito, o envio dos dados ao CRP-02/PE, bem como o registro de
651 boletim de ocorrência, para adoção das medidas cabíveis. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) foi
652 chamado a apresentar o ponto. Ele informou que a proposta a ser apresentada irá convergir com
653 diversas ações que vários Conselhos de Psicologia já têm adotado, em relação ao cenário nacional
654 atual, relacionado ao possível golpe que resultou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff.
655 Com isso, os Conselhos têm se posicionado em defesa da democracia. No dia oito de outubro
656 houve um marcha em defesa da democracia e a data foi escolhida por ser o dia da Psicologia
657 Latino-Americana, resgatando com isso o compromisso histórico que o Sistema Conselhos de
658 Psicologia assumiu com a Psicologia da América Latina, gerando uma reflexão acerca das
659 consequências do poder imperial sobre os povos da América Latina. Lembrou que a União Latino
660 Americana de Entidades de Psicologia - Ulapsi se propõe a refletir sobre a colonização do
661 pensamento, o que se relaciona com os riscos que a democracia vem sofrendo. Destacou que com
662 a democracia em ameaça, ficam ameaçados também os projetos de igualdade social, de modo que
663 a Psicologia tem o importante papel de realizar discussões sobre esse cenário, sobre, por exemplo:
664 direitos trabalhistas, PEC 55 (cinquenta e cinco) - seguridade social e políticas públicas, opressão
665 de gênero, entre outras pautas. A ideia é pensar num estado democrático de direitos, pois com a
666 democracia ameaçada, há o risco de as políticas públicas serem transformadas em mercadorias, de
667 modo que apenas uma parcela da população terá acesso. Explicou que o objetivo não é defender
668 uma bandeira política, mas sim pautar esse debate para a sociedade. Concluiu que a proposta pode
669 se concretizar por meio de campanha ou outras estratégias, mas com ações articuladas de todo o
670 Sistema Conselhos de Psicologia. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) acrescentou
671 que a proposta é de criação de um Grupo de Trabalho emergencial para pensar em uma ação
672 integrada de todo o Sistema Conselhos de Psicologia, podendo ser por meio de ano temático, ou
673 campanha ou outras estratégias. Murilo Rodrigues (CRP-09/GO) louvou a iniciativa de defesa da
674 democracia, mas falou da preocupação com os temas colocados por serem muito polêmicos,
675 especialmente no estado de *animus* em que a nação vive de conflitos em decorrência de
676 pensamentos divergentes. Afirmou que a Psicologia deve apoiar a democracia respeitando a
677 pluralidade de pensamentos. Desse modo, se a ideia é consultar a categoria sobre o entendimento
678 do psicólogo na base, seria ótimo, mas pediu esclarecimento de que tipo de democracia se pretende
679 manifestar, pois dependendo da narrativa adotada, o discurso pode ser utilizado para defender
680 certos posicionamentos político-partidários. Achilles Miranda Dias (CRP-05/RJ) parabenizou pela
681 iniciativa. Lembrou da PEC 784 (setecentos e oitenta e quatro) que está sendo votada pela Câmara,
682 e ataca a aposentadoria e o BPC – Benefício de Prestação Continuada. Perguntou se a criação de
683 um GT seria a melhor estratégia ou se poderia encaminhar a tarefa para a Comissão de Direitos
684 Humanos e a Conpas – Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social, por exemplo.
685 Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) informou que concorda pessoalmente com esse
686 posicionamento e acredita que o plenário de seu CRP também, entretanto, alertou que a categoria
687 não é uníssona com relação a esse debate e esse enfrentamento pode ser saudável para um
688 amadurecimento. Informou que há uma pauta muito clara que afeta à categoria, pois se refere a

689 direitos trabalhistas, previdência, abusos de autoridade de diversas instâncias e que não podem ser
690 retiradas da agenda. Sugeriu que a ação não fique apenas no Sistema Conselhos de Psicologia, mas
691 também com CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e outras instituições, havendo
692 necessidade de articular apoios e posicionamentos. Sugeriu que se faça uma agenda de ações com
693 articulações externas sob coordenação do CFP. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) manifestou a
694 mesma preocupação colocada por outros delegados. Explicou que a data de oito de outubro foi
695 impraticável em virtude de outros compromissos já previstos. Informou que o CRP-07/RS foi o
696 primeiro a fazer uma nota contra a PEC 55 (cinquenta e cinco) e sofreu críticas da categoria por
697 isso. Informou que agora o CRP está trabalhando com uma Proposta de Emenda Constitucional
698 Estadual, em que há a preocupação de que se torne uma pauta nacional. Informou que a partir
699 desses contextos locais, acredita que a campanha não deve ser formatada da mesma maneira para
700 todos, explicou que cada CRP deve se pautar pelas demandas que tem em sua base. Falou da
701 importância da autonomia dos Conselhos e da Ulapsi de modo que cada instituição seja respeitada
702 sem se misturar. A mesa resumiu as falas colocadas, de que é consenso de que é necessário
703 enfrentar essa pauta, mas deve haver plasticidade, para que cada um faça esse enfrentamento da
704 forma mais pertinente e em respeito à categoria local. A discordância é se a tarefa se dará por meio
705 de um GT ou se o CFP fica como disparador das atividades, articulando com outras entidades e
706 órgãos. Murilo Rodrigues (CRP-09/GO) acrescentou que a sua proposta foi de realizar consulta à
707 categoria sobre o que o psicólogo pensa de uma campanha nesse sentido. Jaira Terezinha da Silva
708 Rodrigues (CRP-12/SC) explicou que a ideia não é necessariamente a realização de uma
709 campanha. O CRP-12/SC pautou o tema, para a Apaf ficar livre para definir que ações são
710 cabíveis. Afirmou que é possível que o CFP encaminhe a ação, pela urgência que existe, de modo
711 que cada CRP possa realizar atividades locais de acordo com sua autonomia. Murilo Rodrigues
712 (CRP-09/GO) informou que a preocupação é quando o CRP levanta uma pauta que vai contra o
713 entendimento da categoria naquele estado, por exemplo, pode ser que haja em algum estado a
714 maioria de psicólogos favoráveis à PEC 55 (cinquenta e cinco). Explicou que há formas simples de
715 realizar consultas à categoria, por meio de mídias e redes sociais. Irma Macario (CRP-14/MS)
716 informou que esse tema tem sido discutido no Mato Grosso do Sul com outras instituições. Falou
717 da importância do papel informativo do Conselho, de modo que há necessidade de discutir com os
718 profissionais o que é o conceito de democracia, que não está ligado a políticas partidárias.
719 Lembrou que o Código de Ética Profissional do Psicólogo coloca a defesa dos direitos humanos
720 como princípio fundamental. Por este motivo, é importante discutir e esclarecer o que significa
721 isso para a categoria e para a sociedade, a partir das PECs mencionadas, da proposta de reforma do
722 ensino médio, entre outras pautas. Concluiu que no estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo,
723 houve a demissão em massa dos funcionários dos CRAS - Centro de Referência de Assistência
724 Social e dos CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social que eram
725 contratados por meio de duas ONGs – Organizações Não Governamentais, de modo que todos os
726 serviços foram suspensos. Isso ilustra um aviltamento dos direitos humanos. Diemerson Saquetto
727 (CRP-16/ES) pediu cautela ao se pensar nas bases, para que os representantes do Sistema
728 Conselhos de Psicologia não se assemelhem com parlamentares que consideram a base da
729 agroindústria, ou bancadas evangélicas, entre outras. A instituição dos Conselhos de Psicologia já
730 tem os valores que devem ser defendidos no Código de Ética. Há fundamentalismos
731 criminalizando a pobreza e patologizando as subjetividades. Não se pode consular o psicólogo

732 que é a favor da PEC, pelo fato de ele ser um eleitor, mas sim instruí-lo a partir dos valores da
733 Psicologia como ciência e dos princípios colocados no Código de Ética. Concluiu que o Sistema
734 Conselhos de Psicologia não pode se manter neutro nesta pauta. Diva Lúcia Gautério Conde
735 (CRP-05/RJ) informou ser inconcebível uma prática de psicólogos desvinculada da defesa da
736 dignidade e dos direitos humanos. Lembrou que o CFP tem protagonismo na história da luta
737 antimanicomial, que trouxe benefícios para a sociedade. Informou que o CRP-05/RJ já está
738 adotando medidas, mas entende que é preciso ter uma campanha nacional. Saudou o CRP-12/SC
739 por ter pautado o tema para a Apaf. Clarice Pimentel Paulon (CRP-06/SP) lembrou que a
740 deliberação 2.6 (dois ponto seis) do Nono Congresso Nacional de Psicologia é pela atuação do
741 Sistema Conselhos no direito à democracia e direitos sociais, ou seja, já há uma indicação da
742 categoria nesse sentido. Sandra Maria Francisco de Amorim (CRP-14/MS) informou que é
743 primitivo fazer uma relação sobre a necessidade de se discutir democracia com defesas partidárias.
744 Pois esse é o argumento da mídia. Afirmou que os Conselhos têm o dever de formar profissionais,
745 lembrando sempre que política não significa partido e que democracia não é específica de uma
746 posição partidária. Jonatha Rospide Nunes (CRP-23/TO) sugeriu, tendo em vista o consenso da
747 Apaf pela defesa da democracia, qualificar as campanhas, que ficam muito presas no caráter
748 informativo, mas de promover junto à categoria ações que sejam vivenciais, entendendo como
749 essas mudanças vão afetar as vidas e trabalhos deles. Por exemplo, em Palmas-TO, foi realizada
750 uma pesquisa sobre as infrações de trânsito mais cometidas e verificou-se que todas as pessoas têm
751 conhecimento da legislação, ou seja, elas sabem, mas não aplicam. Falou da importância de
752 mobilizar a categoria experiencialmente e não informativamente. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS)
753 falou da riqueza desse debate, afirmando que as Apafs são ensaios sobre a democracia, visto que
754 podem se observar as hegemonias e por muitas vezes as minorias não têm voz. Afirmou que o
755 CRP-07/RS tem atuado sempre na defesa dos direitos sociais e falou que é importante que não se
756 retire a possibilidade de os CRPs construírem o debate em sua jurisdição, inclusive tendo a
757 capacidade de acolher aqueles que são contrários a esse entendimento. O psicólogo pode acreditar
758 que o enxugamento dos gastos públicos é a melhor solução para a população, como tem sido
759 vendido pela mídia, e que ele entenda que isso é a defesa da vida e dos direitos humanos. Afirmou
760 que é preciso que nessa campanha seja possível realizar debates para acolher isso também, sem
761 colocar como válido apenas esse entendimento compartilhado na Apaf. Alan Santana Santos
762 (CRP-19/SE) falou da importância de se discutir o tema, lembrando que seria uma contradição
763 fazer uma defesa da democracia sem garantir o direito de debate, de manifestações opostas.
764 Esclareceu que em nenhum momento a proposta é de uma campanha verticalizada. Democracia
765 pressupõe diálogo. Os seguintes encaminhamentos foram aprovados por 35 (trinta e cinco) votos
766 favoráveis, dois votos contrários e duas abstenções: 10.1. Construir uma campanha/ciclo de
767 atividades disparado pelo CFP para que, em caráter emergencial, desenvolva uma ação integrada
768 em todo o Sistema Conselhos, a fim de debater junto à categoria e à sociedade a defesa da
769 democracia e seguridade social; 10.2. Apresentar na Apaf de maio de 2017 o planejamento das
770 atividades; 10.3. Criar agenda de apoio com participação de instituições/entidades e outros atores
771 sociais; 10.4. Garantir a autonomia dos CRPs no desenvolvimento da ação, de forma que
772 contemple o contraditório e a diversidade de pensamentos; 10.5. Propor uma campanha não apenas
773 informativa, mas experiencial a categoria. Neste momento, Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP)
774 precisou se retirar e, após agradecimento, passou a presidência da mesa ao Rodrigo Acioli Moura

775 (CRP-05/RJ). As delegações dos CRPs 13/PB e 14/MS se retiraram. Vanuza Célia Sales (CRP-
776 01/DF) solicitou a definição de um teto para encerramento das atividades do dia, lembrando que
777 havia cinquenta pontos na pauta e foram deliberados apenas oito. A mesa esclareceu que o teto é
778 entre dezesseis e dezoito horas, enquanto houver o quórum de 26 (vinte e seis) delegados. Murilo
779 Rodrigues (CRP-09/GO) pediu a antecipação da discussão do ponto PLS 439-2015, visto que há
780 urgência, já que o projeto está tramitando. A sugestão foi acatada pelos presentes. **11. PLS 439-**
781 **2015 - DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES NOS CAMPOS DA**
782 **ADMINISTRAÇÃO.** Rogério de Oliveira (CFP) informou que precisava se retirar, agradeceu
783 pelo evento republicano de posse no dia anterior, desejou sucesso aos novos representantes dos
784 CRPs e CFP, para avanços da profissão e desenvolvimento da sociedade brasileira. A mesa
785 diretora agradeceu pelas contribuições de todos os representantes do CFP, os quais estão
786 encerrando suas gestões nesta semana. Participaram do ponto: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales,
787 Leovane Gregorio; CRP 02/PE: ausente; CRP 03/BA: Darlane Silva Vieira Andrade e Eric
788 Gamaliel dos Santos Vieira; CRP 04/MG: Stela Maris Bretas Souza; CRP 05/RJ: Diva Lúcia
789 Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Achiles Miranda Dias; CRP 06/SP: Vinicius Cesca de
790 Lima; CRP 07/RS: Manuele Montanari Araldi, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de
791 Oliveira; CRP 08/PR: Ludiana Cardozo Rodrigues, Carolina de Souza Walger de Almeida, Maria
792 Cristina Neiva de Carvalho, até às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos); CRP 09/GO: Murillo
793 Rodrigues dos Santos e Simone Minasi; CRP 10/PA: Adriana Elisa de Alencar Macedo e
794 Antonino Alves Da Silva; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP
795 12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Juliana Lima Medeiros e Marcos Henrique Antunes;
796 CRP 13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14/MS: Irma
797 Macario, Fernando Faleiros de Oliveira; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz
798 Marinho de Melo; CRP 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Proviatti Bitencourt; CRP 17/RN:
799 Cintia Regina Gallo; CRP 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Alan Santana Santos;
800 CRP 20/AM, AC, RO, RR: Magaly Silva de Oliveira e Maria das Graças Mendonça Sales; CRP
801 21/PI: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22/MA: ausente; CRP 23/TO: Rodrigo Monteiro de
802 Oliveira; CFP: Sergio Luis Braghini, Maria da Graça Correa Jacques, Meire Nunes Viana.
803 Chamada a apresentar o ponto, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) informou que o
804 projeto de lei em curso delimita ao administrador as funções de recursos humanos e acrescentou
805 que há uma consulta pública em curso sobre o assunto. Por isso, o CRP-12/SC fez uma carta
806 aberta para senadores e já enviou como Regional, mas pediu também que o CFP possa dialogar
807 com senadores pelo arquivamento do PL. Sugeriu que o Sistema Conselhos também possa fazer
808 cartas aos senadores das regiões e divulgar a consulta pública. Rodrigo Monteiro de Oliveira
809 (CRP-23/TO) informou que o CRP-23/TO verificou que o PL foi proposto por um senador do
810 Tocantins. A partir disso foi marcada reunião com o Senador e com o Conselho Regional de
811 Administração. Na ocasião, foi sugerido que o CFP faça uma reunião com o Conselho Federal de
812 Administração - CFA para alterar o primeiro parágrafo incluindo que se considere a lei que cria a
813 profissão da Psicologia. Explicou que não há interesse de reserva de mercado por parte dos
814 administradores. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) destacou que outros profissionais
815 também estão sendo lesados, por isso, o CFP precisa dialogar com outras categorias, para
816 resguardar os papéis de cada profissão e a interdisciplinariedade. Sugeriu que os CRPs façam
817 diálogos com os senadores de seus estados, indo além de cartas de repúdio. Pediu ainda ações

818 sérias por parte do CFP, para que não se limite a notas ou articulações apenas nas redes sociais,
819 pois esse PL coloca em risco toda a categoria de psicólogos. Fernando Faleiros de Oliveira (CRP-
820 14/MS) explicou que o problema não é tão simples como foi colocado na reunião realizada no
821 Tocantins. Informou que o CRP já realizou reunião com um senador de seu estado e ficou claro
822 que o lobby do CFA no Senado é muito forte. Lembrou que tem havido muito assédio dos
823 Conselhos Regionais de Administração - CRAs aos profissionais psicólogos. Resgatou que no
824 final dos anos noventa houve ataques do CFA e CRAs aos psicólogos e atuações a psicólogos
825 organizacionais. Há uma campanha de mídia massiva do CFA com interesse de reserva de
826 mercado. Neste momento a delegação do CRP-08/PR registrou sua saída. Diva Lúcia Gautério
827 Conde (CRP-05/RJ) informou que no Rio de Janeiro também tem havido assédio do CRA contra
828 os psicólogos e afirmou está claro o interesse de reserva de mercado, por isso, é necessário um
829 combate firme. Sharla Proviatti Bitencourt (CRP-16/ES) informou que a consulta pública possui
830 44.000 (quarenta e quatro mil) votos pelo sim ao PL e 43.400 (quarenta três mil e quatrocentos)
831 votos pelo não ao PL. Afirmou ser importante realizar articulações com a Associação Brasileira de
832 Recursos Humanos - ABRH, a qual se posicionou contrária o PL. Jaira Terezinha da Silva
833 Rodrigues (CRP-12/SC) acrescentou que a lei que cria o CFA é posterior à legislação que cria o
834 CFP, assim, com a aprovação de uma nova lei, as anteriores são revogadas. Por isso, é importante
835 arquivar o PL. Foi registrado que a delegação do CRP-14/MS se retirou as 17:30 (dezesete horas
836 e trinta minutos) juntamente com a nova tesoureira do CFP, Norma Celiane Cosmo. Vanuza Célia
837 Sales (CRP-01/DF) informou que quando surgiu a consulta no portal E-Cidadania, que é do
838 Senado, já tinha havido uma intercorrência em relação a psicólogos escolares. Afirmou que o PL é
839 esdrúxulo e totalmente destoante do que foi tratado na Comissão de Educação do CFP. Contou que
840 quando o CRP-01/DF soube do PL, ligou ao Senado e perguntou se eles faziam articulação nas
841 redes sociais e foi esclarecido que não, que qualquer cidadão interessado pode iniciar o debate. A
842 partir disso, o CRP-01/DF iniciou uma campanha para psicólogos votarem. E também ligou para o
843 Senador Romero Jucá, que é relator do projeto, e pediu uma audiência. O PL estava parado desde
844 2014. O CRP-01/DF conseguiu uma agenda e o CFP e a Associação Brasileira de Psicologia
845 Organizacional e do Trabalho - SBPOT estiveram presentes. O Senador não compareceu, foi a
846 assessoria dele que recebeu o grupo. Houve um debate sobre a reserva de mercado, e ficou
847 combinado que o CFP e a SBPOT devem protocolar um documento no Senado com os argumentos
848 sobre o assunto. Vinicius Cesca de Lima (CRP-06/SP) defendeu que o encaminhamento seja na
849 defesa de arquivamento do PL e não de aprimoramento do texto, pois há um problema estrutural
850 no PL e o discurso do CFA é o mesmo adotado pela categoria médica em relação ao PL do Ato
851 Médico. Sugeriu que tanto o CFP quanto os CRPs possam encaminhar ações pelo arquivamento do
852 PL. Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) informou que o CRP-23/TO elaborou um
853 documento com todos os argumentos citados nesta Apaf, sobre a multidisciplinariedade, reserva de
854 mercado e outros, que foi encaminhado ao Senador autor do PL e ao CRA. Sugeriu a retirada da
855 palavra 'privativo' do PL. Propôs a criação de um GT para estudar a situação e dialogar com o
856 CFA. Diego Mendonça Viana (CRP-11) informou que tudo que foi vetado no PL anterior está de
857 volta nesta nova edição. Lembrou que há uma resolução do CFP prevendo que o CRP deve
858 oferecer assessoria jurídica para os profissionais que sofrem processo pelos CRAs. Sugeriu incluir
859 no encaminhamento que essa resolução do CFP seja cumprida, para manter apoio aos psicólogos
860 que sofrem esse tipo de assédio dos CRAs, dando um suporte individualizado, enquanto a questão

861 macro não se resolve. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) solicitou que em regime de
862 urgência o CFP se reúna com os demais conselhos afetados. Discordou da criação de um GT e
863 pediu que o CFP faça um estudo jurídico das inconsistências e inconstitucionalidades do PL, para
864 que possa se manifestar contrariamente e que os CRPs possam multiplicar isso e dialogar com
865 senadores. Vanuza Célia Sales (CRP-01/DF) também discordou da criação de um GT e lembrou
866 que o PL está parado e o CFP já tem uma Assessoria Parlamentar. Lembrou também que o CFP já
867 dialogou com o CFA. Foi registrada a retirada da delegação do CRP-11/CE às 17:40 (dezesete
868 horas e quarenta minutos). Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) retirou a proposta de
869 criação de GT. Os seguintes encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. 11.1.
870 Articulação de reuniões dos CRPs e Senadores dos Estados, a fim de solicitar o arquivamento do
871 PLS 439-2015; 11.2. Propor reunião entre o CFP e outros Conselhos de Profissão afetados pelo
872 PLS 439-2015, na direção de arquivamento; 11.3. Propor reunião entre o CFP e o CFA
873 objetivando o arquivamento do PLS 439-2015; 11.4. CFP dialogar com os Senadores objetivando
874 o arquivamento do PLS 439-2015; 11.5. Renovar a campanha de consulta pública sobre o PLS
875 439-2015; 11.6. Articulação do CFP junto a Associação Brasileira de Recursos Humanos sobre o
876 PLS 439-2015; 11.7. CFP retomar as ações já encaminhadas juntamente com a SBPOT sobre o
877 PLS; 11.8. Manter decisão de APAFs anteriores sobre a assessoria jurídica aos profissionais
878 prejudicados. Foram registradas as saídas das delegações dos CRPs-09/GO e 18/MT. Jaira
879 Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu que o CFP encaminhe ação em relação ao
880 ponto da saúde suplementar, uma vez que é urgente e um prazo importante pode ser perdido. 12.
881 **SAÚDE SUPLEMENTAR:** Participaram da discussão: CRP 01/DF: Vanuza Célia Sales,
882 Leovane Gregorio; CRP 02/PE: ausente; CRP 03/BA: Darlane Silva Vieira Andrade e Eric
883 Gamaliel dos Santos Vieira; CRP 04/MG: Stela Maris Bretas Souza; CRP 05/RJ: Diva Lúcia
884 Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Achilles Miranda Dias; CRP 06/SP: Vinicius Cesca de
885 Lima; CRP 07/RS: Manuele Montanari Araldi, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de
886 Oliveira; CRP 08/PR: ausente; CRP 09/GO: ausente; CRP 10/PA: Adriana Elisa de Alencar
887 Macedo e Antonino Alves Da Silva; CRP 11/CE: ausente; CRP 12/SC: Jaira Terezinha da Silva
888 Rodrigues, Juliana Lima Medeiros e Marcos Henrique Antunes; CRP 13/PB: ausente; CRP
889 14/MS: ausente; CRP 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Maurício Luiz Marinho de Melo; CRP
890 16/ES: Diemerson Saquetto, Sharla Proviatti Bitencourt; CRP 17/RN: Cintia Regina Gallo; CRP
891 18/MT: George Moraes de Luiz; CRP 19/SE: Alan Santana Santos; CRP 20/AM, AC, RO, RR:
892 Magaly Silva de Oliveira e Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21/PI: Danilo Camuri
893 Teixeira Lopes; CRP 22/MA: ausente; CRP 23/TO: Rodrigo Monteiro de Oliveira; CFP: Sergio
894 Luis Braghini e Meire Nunes Viana. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) explicou
895 que os CRPs são pautados pela categoria e sociedade em relação ao assunto, em decorrência da
896 precarização do trabalho neste espaço. Informou que há o ato médico implementado e há questões
897 de honorários. Nesse contexto há também um diálogo com a ANS – Agência Nacional de Saúde
898 sobre o rol de procedimentos que hoje é restrito à psicoterapia. Sugeriu que o CFP inicie diálogo
899 com a ANS na direção de ampliação de rol de procedimentos, que está em consulta pública, e de
900 diálogo com as operadoras de saúde, sem perder o prazo. Acrescentou que o CRP se reuniu com a
901 ANS local e descobriu que as ANSs estaduais apenas fiscalizam, ficando para a ANS nacional o
902 papel de legislar. Vinicius Cesca de Lima (CRP-06/SP) falou da importância de incluir no diálogo
903 do CFP com a ANS a defesa da perspectiva antimanicomial, questionando o paradigma biomédico

904 para os procedimentos. Meire Nunes Viana (CFP) acrescentou que a maioria dos planos de saúde
905 não reajusta os valores dos serviços há mais de dez anos, então apenas ampliar o rol de
906 procedimentos não resolve plenamente a questão. Afirmou que o usuário fica sem o atendimento
907 psicológico, uma vez que os profissionais deixam de prestar serviços por planos de saúde. Pediu
908 para incluir nesse diálogo a questão dos valores pagos aos profissionais, para que a população
909 usuária do serviço tenha de fato acesso aos serviços de saúde. Manuele Montanari Araldi (CRP-
910 07/RS) solicitou que o diálogo do CFP com a ANS saliente a inclusão dos psicólogos nos hospitais
911 psiquiátricos, principalmente nas salas de ludoterapia, nos pronto-socorros para atendimento de
912 vítimas de crimes sexuais, bem como nas equipes das UTIs - Unidade de Terapia Intensiva. Sergio
913 Luis Braghini (CFP) pediu para agregar nessa discussão a restrição para que os procedimentos ou
914 autorizações sejam feitas por médicos quando se trata de serviços psicológicos. Diemerson
915 Saquette (CRP-16) informou que havia um ponto do CRP-16/ES de maio de 2014 (dois mil e
916 catorze) sobre capacidade produtiva, que tem relação com a saúde suplementar. Mas diante do
917 esvaziamento da Apaf, sugeriu que se delibere sobre os pontos já levantados, mas que o item
918 continue na pauta da próxima Apaf, porque há outros pontos a serem debatidos sobre saúde
919 suplementar. Há, por exemplo, a questão da produtividade que é exigida dos psicólogos, de
920 realizar três atendimentos em uma hora. Maurício Luiz Marinho de Melo (CRP-15/AL)
921 acrescentou que alguns planos de saúde não pagam o psicólogo quando o paciente falta e essa
922 também é uma pauta a ser discutida com a ANS. Alan Santana Santos (CRP-19/SE) indicou que
923 não se deve discutir com a ANS a questão sobre o tempo de atendimento, uma vez que
924 regulamentar sobre isso é atribuição do CFP. Informou que a Prefeitura de Aracajú-SE já tentou
925 definir um tempo máximo de atendimento psicológico e, na ocasião, foi esclarecido que o
926 psicólogo tem autonomia para definir o tempo de atendimento. Assim, caberia ao CFP emitir
927 legislação afirmando essa autonomia do psicólogo, de modo que nem a ANS, nem outras
928 instituições devem participar desse tipo de decisão. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-
929 12/SC) acrescentou que querem pautar o psicólogo para realizar atendimento no mesmo tempo que
930 os médicos, de consultas que duram entre 15 (quinze) e 20 (vinte) minutos. Afirmou que o
931 documento de subsídio do ponto trata do tempo médio de consultas baseado na resolução sobre
932 psicoterapia, que seria de cerca de 45 (quarenta e cinco) minutos a uma hora. José Félix Vilanova
933 Barros (CRP-15/AL) lembrou que deve se usar a terminologia 'psicoterapia' e não terapia, pois
934 esta última também é utilizada por outras profissões. Sobre o tempo de sessão, afirmou que alguns
935 estados determinam como deve ser o tempo de atendimento, no Rio Grande do Sul, por exemplo,
936 há portaria determinando que o psicólogo deve atender 3 (três) pacientes por hora. O CRP-15/AL
937 fez uma recomendação para a Prefeitura de Maceió, colocando o limite de dois atendimentos por
938 hora. E para atendimentos em grupo, seria o máximo de dez pacientes, no prazo de uma hora e
939 meia. Assim, o ideal seria estabelecer parâmetros gerais, para dar segurança à categoria no país
940 inteiro. Afirmou que o atendimento médico é de no mínimo quinze minutos por uma
941 recomendação da OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde. Os seguintes encaminhamentos
942 foram aprovados por 30 (trinta) votos favoráveis: 12.1 CFP dialogar em caráter emergencial com a
943 ANS sobre a ampliação do rol de procedimentos, bem como outros diálogos na direção do
944 agendamento de consultas, número de sessões, tempo médio de consultas; considerar a resolução
945 vigente em cumprimento a Resolução CFP nº 10/2000, encaminhamento médico, vínculo
946 estabelecido entre psicoterapeuta e beneficiário, faltas, reajuste de valores, entre outros; 12.2

947 Inclusão de psicólogos nos hospitais pediátricos, pronto-socorro, equipes de UTIs; 12.3.
948 Questionamento do paradigma biomédico, defesa do modelo antimanicomial na perspectiva da Lei
949 nº 10.216/2001, integrando a saúde suplementar à política de saúde; 12.4. CFP pautar novamente o
950 ponto com encaminhamentos na APAF de maio de 2017. A assembleia foi encerrada às 18:08
951 (dezoito horas e oito minutos). Sergio Luis Braghini se despediu, agradeceu e desejou sucesso às
952 novas gestões do CFP e CRPs nos trabalhos. Esta ata foi revisada pelo Conselheiro Secretário do
953 CFP (Gestão 2017/2019) Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e, por motivos de mudança de gestão, o
954 documento foi revisado também pelos delegados do CFP na Apaf (Gestão 2014/2016), Maria da
955 Graça Corrêa Jacques, Rogério de Oliveira Silva e Sergio Luis Braghini. Nada mais havendo a
956 tratar, a referida ata foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.
957

[Handwritten signatures and names in blue ink, including:]
Sergio Luis Braghini, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Maria da Graça Corrêa Jacques, Rogério de Oliveira Silva, Alan Santos Santos, Juliano Aguiar, Dimerson Siqueira, Glauco Freitas Siqueira, João Paulo Lopes, Adm. Sth, João Paulo Lopes, Caelina Nalga, Dalura Ferraz, etc.

MARCELO A. B. SILVA